

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.

1.º Trimestre de 2021 – janeiro a março de 2022

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro, conjugado com o referido artigo 413.º do CSC, apresenta-se o presente relatório, o qual se reporta ao primeiro trimestre de 2022.

O presente relatório é emitido com base no documento “Relatório Trimestral de Execução Orçamental janeiro-março 2022”, com data de aprovação pelo Conselho de Administração de 24 de junho 2022, enviado ao Conselho Fiscal em 22 de setembro. Este relatório teve ainda em consideração o Relatório do Revisor Oficial de Contas, Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda., datado de 14 de outubro de 2022, em anexo e constituindo parte integrante do presente documento, bem como a análise das Atas das reuniões do Conselho de Administração realizadas neste período.

2. Factos Prévios Relevantes

A análise constante do presente relatório considerou o documento do Plano de Atividades e Orçamento da APL (PAO 2022-2024), que, à presente data, ainda não se encontra aprovado.

3. Acompanhamento da Gestão e da Execução Orçamental

3.1. Acompanhamento da Gestão

No âmbito das suas competências, definidas pelo artigo 16.º dos Estatutos da APL, S.A., na sua atual redação, bem como do artigo 420.º do CSC, no exercício de 2022, o atual Conselho Fiscal, procedeu ao acompanhamento da gestão da APL, S.A., através, fundamentalmente, da análise da documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, da emissão e receção de pedidos de esclarecimento e informação adicional ao Conselho de Administração e ao ROC, e da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Administração.

3.2. Execução Orçamental

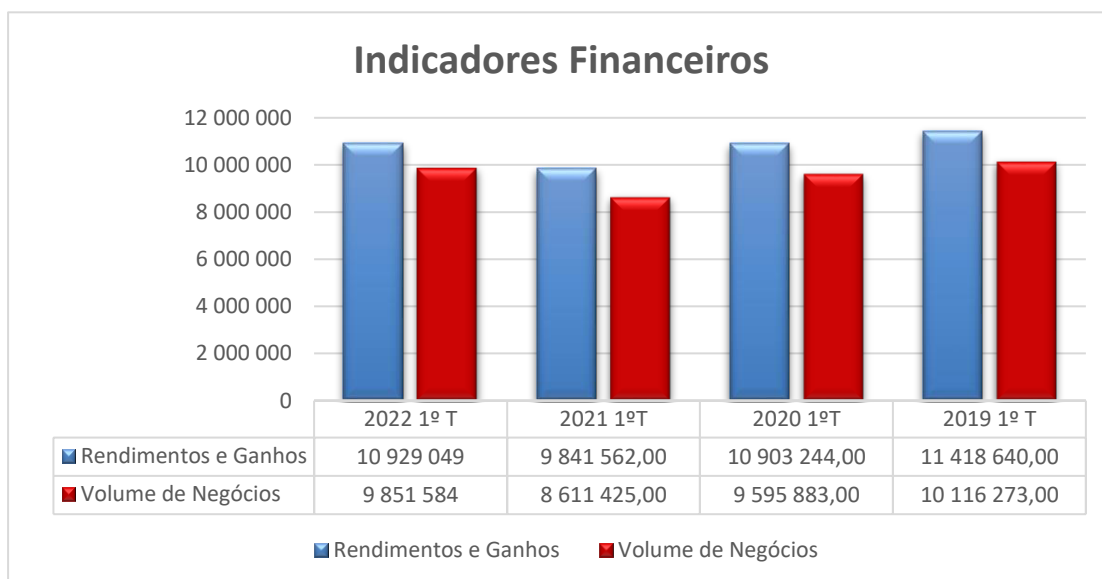
Da execução orçamental, atendendo ao Relatório de Gestão apresentado e às considerações efetuadas no ponto anterior relativamente ao PAO 2022-2024, destacam-se os seguintes aspetos:

- No primeiro trimestre de 2022 a atividade da APL evidenciou uma recuperação importante face ao período homólogo do ano anterior, embora, em alguns segmentos, ainda sem atingir o nível registado no ano pré pandemia;
- Especial destaque para a recuperação do segmento de cruzeiros, que se reflete no grande crescimento em termos de tonelagem bruta, mas igualmente no número de passageiros, embora neste último caso, quando comparado com o número de escalas, se verifique ainda uma redução do número médio face ao primeiro trimestre de 2019;

(valores em euros)

Atividade	2022 1ºT	2021 1ºT	2020 1ºT	2019 1º T	2022 1º T rimestre			
					MAR22 - MAR21		MAR22 - MAR19	
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %
Movimento de Navios	466	382	483	556	84	22,0%	-90	-16,2%
Tonelagem Bruta	9 198 449	4 163 825	8 302 619	8 723 265	5 034 624	120,9%	475 184	5,4%
Carga Total	2 621 660	2 263 358	2 130 574	2 691 637	358 302	15,8%	-69 977	-2,6%
Cruzeiros (Passageiros)	55 985	0	50 064	49 985	55 985		6 000	12,0%

- Em face disso, verificou-se, face ao período homólogo do ano transato, um aumento significativo dos Rendimentos e Ganhos da empresa, de 11%, e do seu Volume de Negócios, de 14,4%, embora, como se referiu, ainda são valores abaixo dos verificados em 2019. Por outro lado, estes valores ficaram igualmente aquém do estimado no orçamento, onde se previa um desempenho ligeiramente melhor do que o verificado em 2019. Adicionalmente, importa referir que a rubrica de Rendimentos e Ganhos está também influenciada pela indemnização decorrente do acordo de revogação do contrato de concessão de serviço público de movimentação de cargas no Terminal do barreiro, que ocorreu no mês de fevereiro de 2022;



- Esta recuperação, conjugada com a contenção verificada nos gastos operacionais face ao mesmo período de 2019 e ao que estava orçamentado, permitiu ultrapassar os resultados atingidos no período homólogo de 2019 e os estimados no orçamento. A este respeito, destaque particular, no comparativo com o primeiro trimestre do ano anterior, para o baixo nível de execução das dragagens de manutenção;
- Relativamente ao endividamento, é de destacar que a APL continua a trajetória de redução significativa da sua dívida líquida (com reflexo também no seu resultado financeiro), em cerca de 41% face ao período homólogo de 2021 e 26% face ao final do exercício de 2021. Quando comparado com o orçamento de 2022 a redução é de 34%. Isto fica a dever-se não só à redução da dívida bruta, mas também ao aumento das disponibilidades;

Em síntese, apresentam-se no quadro seguinte alguns dos principais indicadores da APL, S.A., a março de 2022:

(valores em euros)

Principais Indicadores	2022 1ºT	2021 1ºT	2020 1ºT	2019 1º T	2022 1º T rimestre						
	Real	Real	Real	Real	MAR22 - MAR21		MAR22 - MAR19		Orç.	Var. Valor	Var. %
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
Rendimentos e Ganhos	10 929 049	9 841 562	10 903 244	11 418 640	1 087 487	11,0%	-489 591	-4,3%	11 675 160	-746 111	-6,4%
Volume de Negócios	9 851 584	8 611 425	9 595 883	10 116 273	1 240 159	14,4%	-264 689	-2,6%	10 549 983	-698 399	-6,6%
EBITDA	4 664 757	2 966 054	4 486 088	4 577 311	1 698 703	57,3%	87 446	1,9%	4 332 614	332 143	7,7%
% Rendimentos e Ganhos	42,7%	30,1%	41,1%	40,1%					37,1%		
EBIT	1 636 839	-380 942	1 061 365	1 234 799	2 017 781	-529,7%	402 040	32,6%	1 112 790	524 049	47,1%
% Rendimentos e Ganhos	15,0%	-3,9%	9,7%	10,8%					9,5%		
RL	1 497 684	-566 516	939 216	1 083 613	2 064 200	-364,4%	414 071	38,2%	848 894	648 790	76,4%
% Rendimentos e Ganhos	13,7%	-5,8%	8,6%	9,5%					7,3%		
ATL	350 649 627	328 141 323	341 898 628	355 933 054	-13 757 305	6,9%	-27 791 731	-7,8%	329 002 842	-861 519	-0,3%
CP	224 506 439	224 900 358	227 553 434	222 650 218	-2 653 076	-0,2%	2 250 140	1,0%	226 485 956	-1 585 598	-0,7%
DL	19 094 459	32 192 180	33 524 967	42 237 805	-1 332 787	-40,7%	-10 045 625	-23,8%	28 789 576	3 402 604	11,8%
Autonomia Financeira	64,0%	68,5%	66,6%	62,6%				9,6%	68,8%		

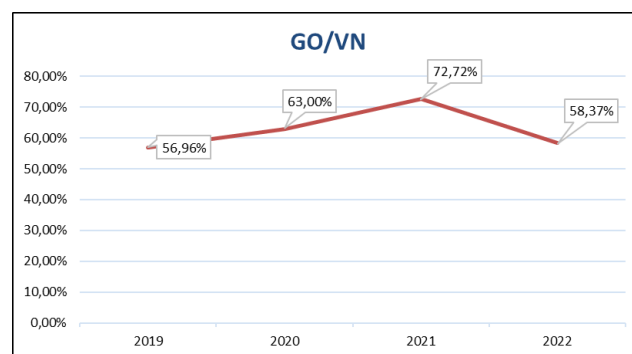
3.3. Cumprimento de Orientações Legais

Esta avaliação foi efetuada considerando as Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do SEE constantes do DESPACHO Nº 681/2022 – SET, muito embora seja de ressaltar que grande parte das referidas instruções são de verificação anual.

1 – Princípios Financeiros

Eficiência Operacional - Garantir em 2022 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios seja igual ou inferior ao verificado no ano de referência (2019).

O rácio de Eficiência Operacional regista uma melhoria significativa, quando comparado com o verificado no período homólogo de 2021 e de 2020. Esta melhoria decorre, essencialmente, do aumento do Volume de Negócios, que subiu de 8.611.425 euros em 2021 para 9.851.584 euros em 2022. Apesar desta melhoria, o rácio de eficiência é ligeiramente superior ao verificado em 2019, o que resulta do facto de o Volume de Negócios ainda não ter atingido os valores pré-pandemia.



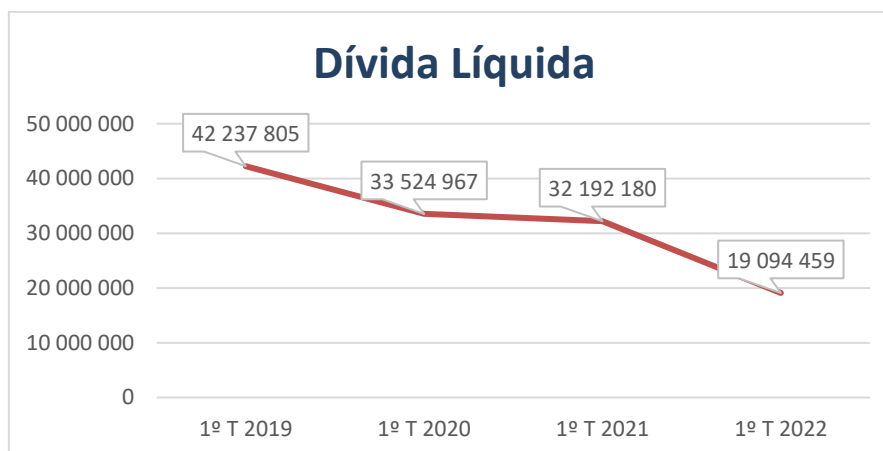
No entanto, importa ter em conta que, em termos absolutos os gastos operacionais do 1º trimestre de 2022 registam um valor (5.750.710 euros) ligeiramente inferior ao verificado em 2019 (5.762.139 euros).

Programa de Redução de Custos - Em 2022, devem ser iguais ou inferiores ao valor executado em 2019, no caso dos seguintes gastos:

- Com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontado o efeito do absentismo;
- Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria
- O acréscimo dos acima referidos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente fundamentadas, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de aprovação da proposta de Plano de Atividades e Orçamento da empresa.

Tratando-se de um relatório trimestral, a avaliação efetuada pelo Conselho Fiscal cingiu-se aos Gastos com Pessoal, concluindo-se que estes, no valor de 4.657.956 euros são inferiores aos registados em período homólogo de 2019 (4.737.660 euros).

Endividamento – garantir uma política de limitação do crescimento do endividamento, limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material.



A APL tem registado uma redução sucessiva e consistente do seu endividamento, tendência que se mantém neste 1º trimestre de 2022, verificando-se uma quebra de 40,7% face ao período homólogo de 2021 e de 54,8%, quando comparado com o 1º Trimestre de 2019.

Plano de Investimentos - Os investimentos, anuais e plurianuais devem ter cobertura financeira garantida e serem suportados em análise custo-benefício que comprove a sua necessidade social e/ou a sua rentabilidade

Investimento	2022 1ºT	2021 1ºT	2020 1ºT	2019 1º T	2021 1º T rimestre						
	Real	Real	Real	Real	MAR22 - MAR21		MAR22 - MAR19		Orç.	Var. Valor	Var. %
					Var. Valor	Var. %	Var. Valor	Var. %			
	272 479	42 442	273 560	1 440 908	230 037	542,0%	-1 168 429	-81,1%	1 299 288	-1 256 846	-87,2%

Embora seja visível um aumento do investimento, face aos anos de 2021 e 2019, o investimento realizado no 1º trimestre de 2022 está muito aquém do valor orçamentado. Os maiores investimentos reportam a Equipamentos Marítimos – reparação de lanchas (51,3%), Equipamentos diversos (26,4%) e Reabilitação de Edifícios e infraestruturas terrestres diversas – Santo Amaro (8,6%).

Prazo Médio de Pagamentos e Divulgação de atrasos nos pagamentos – Cumprimento das normas definidas na RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro.

PMP	2022 1º T	2021 1ºT	2020 1ºT	2019 1º T
	51	49	53	64

Fonte: <https://www.portodelisboa.pt/documents/20121/162195/PMP+2T22.pdf/98410b9c-e6f3-512e-809cc48e8cc8fccd?t=1660125522530>

O PMP indicado inclui o efeito de 2 situações em processo de contencioso (e com antiguidade superior a 360 dias), pendentes de decisão judicial, e uma situação de diferendo com um fornecedor quanto ao valor da tarifa cobrada. A APL vem compensando regularmente os montantes que entende serem os devidos, encontrando-se o restante em aberto.

Deduzindo o efeito destas situações, o PMP do período em reporte é de 43 dias.

Ainda de referir que a APL procede à divulgação, no seu sítio, dos atrasos verificados nos pagamentos a fornecedores, <https://www.portodelisboa.pt/outras-divulgacoes>

Princípio de Unidade de Tesouraria - artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 172.º LOE2021 e art.º 115.º do DLOE 2019.

“Os serviços integrados e os serviços e fundos autónomos, incluindo os referidos no n.º 4 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, estão obrigados a depositar em contas na tesouraria do Estado a totalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras, seja qual for a origem ou natureza das mesmas, incluindo receitas próprias, e a efetuar todas as movimentações de fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E. P. E.”

A APL obteve uma exceção parcial, para os anos de 2021 e 2022, limitada aos valores estritamente necessários para o serviço dos empréstimos bancários, nas datas previstas para o efeito, para o carregamento dos cartões pré-pagos e para a cobrança de receitas na vertente credora de débitos diretos, mas sujeita a transferências quinzenais para o IGCP dos valores arrecadados.

No final do 1.º Trimestre de 2022 a APL tinha depósitos no IGCP 5.838.314 euros, que correspondem a 33,8% do total de depósitos bancários.

4. Conclusão

Em face do exposto, entende o Conselho Fiscal que o relatório de gestão apresentado pela Sociedade referente ao 1.º Trimestre de 2022, apresenta genericamente informação das variações ocorridas face ao período homólogo do ano anterior e ao PAO 2022-20243, embora relativamente a este último a análise seja condicionada pelo facto do documento não se encontrar aprovado pela tutela.

Em conclusão, a atividade da empresa, no primeiro trimestre de 2022, evidencia uma recuperação significativa face ao período homólogo do ano anterior (onde se sentiam os efeitos da pandemia de COVID-19), o que, conjugado com a evolução dos gastos operacionais, permitiu obter resultados acima do estimado no orçamento e superando os do período homólogo de 2019.

A APL continua a evidenciar uma sólida situação financeira e uma trajetória continua de redução da sua Dívida Financeira Líquida.

Por último, o Conselho Fiscal recomenda que de futuro a APL densifique nos seus Relatórios Trimestrais a informação necessária que permita clarificar se está a ser dado cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria, considerando as exceções concedidas.

A Presidente do Conselho Fiscal,

Ana Paula Gomes Azurara

Os Vogais,

Tiago Manuel Rodrigues Estevinho

Ana Cristina Rugeiro da Cruz e Silva

APL – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A.
RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2022

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º dos Estatutos da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 336/98, de 3 de novembro e alterados pelos Decreto-Lei n.º 334/2001, de 24 de dezembro, Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março e Decreto-Lei n.º 15/2016, de 9 de março cumpre ao respetivo Conselho Fiscal elaborar e enviar trimestralmente aos respetivos órgãos tutelares “*um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação às previsões*”.

Por solicitação expressa dos membros do Conselho Fiscal, procedemos a uma análise sucinta da informação constante do documento “Relatório trimestral de Execução Orçamental – janeiro a março de 2022” preparado pelo Conselho de Administração.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao 1.º trimestre de 2022 apenas nos foi disponibilizado no passado dia 11 de outubro, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o presente relatório relativo a este período. Por esta razão, e dado o período de tempo já decorrido, o mesmo terá uma natureza mais sucinta do que habitualmente sucede.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Sem prejuízo do acima referido, no trimestre em apreciação iniciámos os trabalhos de auditoria com vista à Certificação Legal das Contas do ano de 2021, tendo ainda desenvolvido, designadamente, as seguintes tarefas:

- a) Acompanhamento da gestão da APL, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- b) Na sequência da análise da informação de natureza contabilística, elaborada pelos Serviços da Empresa, solicitámos e obtivemos os esclarecimentos que considerámos relevantes;
- c) Respondemos às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços da APL, no âmbito da nossa área de conhecimentos;

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Revisor Oficial de Contas.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 31MAR2022, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2021, consta do **Anexo 1** e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da APL¹.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos da APL, reportada a 31MAR2022, consta do **Anexo 2** e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2021, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise.

No que respeita à posição financeira da APL, destacamos a situação favorável registada ao nível dos capitais próprios que ascendem a 224.506.439 euros, ligeiramente acima (0,6%) da posição registada no final de 2021, sendo consistente com a maior redução ocorrida ao nível do passivo total (-1,8%), que mais do que compensou a redução ocorrida ao nível do ativo (-0,3%) conforme se sistematiza:

	31-MAR-22	31-DEZ-21	Var. MAR.22 / DEZ.21	
			Valor	%
Rubricas				
Ativo líquido	350 649 627	351 700 584	-1 050 957	-0,3%
Capital próprio	224 506 439	223 273 833	1 232 606	0,6%
Passivo	126 143 188	128 426 751	-2 283 563	-1,8%
Indicadores				
Solvabilidade Total (Capital Próprio/Passivo)	1,78	1,74	0,04	2,4%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo líquido)	0,64	0,63	0,01	0,9%
Dependência Financeira (Passivo/Ativo líquido)	0,36	0,37	-0,01	-1,5%

No que se refere à redução ocorrida ao nível do ativo, no montante de 1.050.967 euros, a mesma decorre essencialmente da redução ocorrida em termos de ativos fixos tangíveis (2.046.021 euros), muito influenciada pelo reconhecimento das depreciações do período (3.027.918 euros), apesar do aumento da rubrica de caixa e depósitos bancários (5.056.195 euros).

¹ Os valores considerados no Balanço apresentado pela Entidade no Relatório Trimestral em apreço apresentam alguns desvios face ao Balanço do Relatório e Contas de 2021, salientando ainda que para efeitos de reporte trimestral não procedem à desagregação em corrente e não corrente de algumas rubricas de Balanço. Considerámos assim os valores constantes no Relatório e Contas de 2021 aprovado.

No que respeita a uma análise dos principais indicadores financeiros apresentados, globalmente os mesmos corroboram a evolução favorável da posição financeira evidenciada pela estrutura de balanço.

Em termos de resultados, a APL apresenta, no final do trimestre em análise um resultado positivo de 1.472.701 euros, bastante mais favorável do que o resultado orçamentado para o período², que ascendia a 848.894 euros, o que traduz um desempenho significativamente mais favorável do que aquele que se encontrava refletido no PAO.

Esta evolução é igualmente perceptível quando comparado este resultado com o que se verificou no período homólogo de 2021 (+360%), conforme se sistematiza no quadro seguinte:

	Real	Orçamento	Real	VAR Real		VAR Orç	
	31.MAR.2022	31.MAR.2022	31.MAR.2021	Valor	%	Valor	%
Volume de negócios	9 851 584	10 549 983	8 611 425	1 240 159	14,4%	-698 399	-6,6%
Vendas e serviços prestados	6 156 159	7 089 769	5 549 895	606 264	10,9%	-933 610	-13,2%
Outros rendimentos	3 695 425	3 460 214	3 061 530	633 895	20,7%	235 211	6,8%
Fornecimentos e serviços externos	-1 092 754	-1 916 717	-1 457 778	365 024	-25,0%	823 963	-43,0%
Gastos com o pessoal	-4 657 956	-4 616 821	-4 804 453	146 497	-3,0%	-41 135	0,9%
Imparidades e provisões (perdas/reversões)	-173 515	-122 500	-303 423	129 908	-42,8%	-51 015	41,6%
Outros rendimentos e ganhos	1 077 465	1 125 177	1 230 137	-152 672	-12,4%	-47 711	-4,2%
Outros gastos e perdas	-365 051	-686 508	-309 854	-55 197	17,8%	321 456	-46,8%
EBITDA	4 639 774	4 332 614	2 966 054	1 673 720	56,4%	307 159	7,1%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	-3 027 918	-3 219 824	-3 346 996	319 078	-9,5%	191 906	-6,0%
EBIT	1 611 856	1 112 790	-380 942	1 992 798	-523,1%	499 066	44,8%
Juros e gastos similares suportados	-71 673	-172 419	-105 087	33 414	-31,8%	100 746	-58,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-67 482	-91 477	-80 487	13 005	-16,2%	23 995	-26,2%
Resultado Líquido do Período	1 472 701	848 894	-566 516	2 039 217	-360,0%	623 807	73,5%

A melhoria evidenciada ao nível do EBITDA foi particularmente influenciada pela contenção ocorrida ao nível a evolução dos FSE, bem como devido à evolução do volume de negócios, não obstante este ter ficado ligeiramente abaixo do valor orçamentado para o trimestre.

Em termos globais, destaca-se o esforço que tem sido desenvolvido pelo Conselho de Administração, no sentido de conciliar o nível de atividade com o orçamento disponível, num contexto de contenção de encargos, sendo certo que a atividade desenvolvida pela APL, pela sua natureza, condicionantes e objetivos, depende essencialmente de fatores externos da conjuntura económica, com particular destaque na movimentação de carga e de passageiros.

² Por simplificação considerámos 3 duodécimos do valor anual do orçamento para 2022, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade, tendo sido também este critério considerado pelo Conselho de Administração.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da APL com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Lisboa, 14 de outubro de 2022

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

ANEXO 1 – Balanço

(valores em euros)

BALANÇO	31-MAR-22	31-DEZ-21	Var. MAR.22 / DEZ.21	
			Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	221 263 590	223 309 611	(2 046 021)	-0,9%
Propriedades de investimento	45 136 374	45 450 869	(314 495)	-0,7%
Ativos intangíveis	58 203 572	58 598 494	(394 923)	-0,7%
Outros ativos Financeiros	9 758	9 081	677	7,5%
	324 613 293	327 368 055	(2 754 762)	-0,8%
ATIVO CORRENTE				
Clientes	5 124 897	6 493 532	(1 368 635)	-21,1%
Adiantamentos a fornecedores	3 199	3 199	-	0,0%
Estado e outros entes públicos	1 254 660	1 397 629	(142 969)	-10,2%
Outras contas a receber	511 441	2 053 841	(1 542 400)	-75,1%
Diferimentos	1 855 667	2 154 054	(298 387)	-13,9%
Caixa e depósitos bancários	17 286 469	12 230 274	5 056 195	41,3%
	26 036 334	24 332 529	1 703 805	7,0%
TOTAL ATIVO	350 649 627	351 700 584	(1 050 957)	-0,3%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	60 000 000	60 000 000	-	0,0%
Reservas legais	6 539 834	6 539 834	-	0,0%
Outras reservas	84 508 591	83 574 052	934 539	1,1%
Resultados transitados	28 947 889	30 614 398	(1 666 509)	-5,4%
Outras variações no capital próprio	43 037 424	43 272 140	(234 717)	-0,5%
Resultado líquido do período	1 472 701	(726 592)	2 199 293	-302,7%
	224 506 439	223 273 833	1 232 606	0,6%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	3 634 444	3 634 444	-	0,0%
Financiamentos obtidos	17 576 912	18 371 121	(794 209)	-4,3%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	5 750 683	5 848 377	(97 694)	-1,7%
Passivos por impostos diferidos	3 966 888	3 900 967	65 920	1,7%
Outras contas a pagar	9 348 141	9 348 141	-	0,0%
	40 277 068	41 103 051	(825 983)	-2,0%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	806 551	929 895	(123 344)	-13,3%
Adiantamentos de clientes	1 506 895	1 428 733	78 162	5,5%
Estado e outros entes públicos	1 140 089	919 691	220 398	24,0%
Acionistas	-	800 000	(800 000)	-100,0%
Financiamentos obtidos	18 804 016	19 542 857	(738 841)	-3,8%
Outras contas a pagar	4 555 851	4 530 358	25 493	0,6%
Diferimentos	59 052 718	59 172 166	(119 448)	-0,2%
	85 866 121	87 323 700	(1 457 580)	-1,7%
TOTAL DO PASSIVO	126 143 188	128 426 751	(2 283 563)	-1,8%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	350 649 627	351 700 584	(1 050 957)	-0,3%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento	Real	Var Orç. MAR.22		Var. Real MAR.22/MAR.21	
	31-MAR-22	31-MAR-22	31-MAR-21	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	6 156 159	7 089 769	5 549 895	(933 610)	-13,2%	606 264	10,9%
Fornecimentos e serviços externos	(1 092 754)	(1 916 717)	(1 457 778)	823 963	-43,0%	365 024	-25,0%
Gastos com o pessoal	(4 657 956)	(4 616 821)	(4 804 453)	(41 135)	0,9%	146 497	-3,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(173 515)	(92 500)	(303 423)	(81 015)	87,6%	129 908	-42,8%
Provisões (aumentos/reduções)		(30 000)	-	30 000	-100,0%	-	#DIV/0!
Outros rendimentos e ganhos	4 772 890	4 585 390	4 291 667	187 500	4,1%	481 223	11,2%
Outros gastos e perdas	(365 051)	(686 508)	(309 854)	321 456	-46,8%	(55 197)	17,8%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 639 774	4 332 614	2 966 054	307 159	7,1%	1 673 720	56,4%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização	(3 027 918)	(3 219 824)	(3 346 996)	191 906	-6,0%	319 078	-9,5%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 611 856	1 112 790	(380 942)	499 066	44,8%	1 992 798	-523,1%
Juros e gastos similares suportados	(71 673)	(172 419)	(105 087)	100 746	-58,4%	33 414	-31,8%
Resultado antes de impostos	1 540 183	940 371	(486 029)	599 812	63,8%	2 026 212	-416,9%
Imposto sobre o rendimento do período	(67 482)	(91 477)	(80 487)	23 995	-26,2%	13 005	-16,2%
Resultado líquido do período	1 472 701	848 894	(566 516)	623 807	73,5%	2 039 217	-360,0%

(*) Por simplificação considerámos 3 duodécimos do valor anual do orçamento para 2022, ignorando o eventual efeito de qualquer sazonalidade.